

## A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-EDUCATIVA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DO RIO GRANDE (1845-1857)<sup>1</sup>

Elomar Antonio Callegaro Tambara \*

[lattes.cnpq.br/5731658342862947](http://lattes.cnpq.br/5731658342862947)

Vanessa Barrozo Teixeira Aquino \*\*

[lattes.cnpq.br/1467903850539509](http://lattes.cnpq.br/1467903850539509)

Eduardo Arriada \*\*\*

[lattes.cnpq.br/6119476063670594](http://lattes.cnpq.br/6119476063670594)

**Resumo:** Este trabalho aborda os aspectos histórico-educativos da instrução pública na cidade do Rio Grande, no período pós Revolução Farroupilha. Destaca as particularidades deste período com ênfase nos espaços escolares, na remuneração dos professores públicos e nos primórdios do ensino secundário local mantido pela iniciativa privada. A partir das constatações sobre a precariedade de recursos investidos pelo governo provincial na instrução pública, tanto nos espaços escolares como nos salários dos professores, nota-se que a iniciativa privada abarcou as demandas educacionais do município, principalmente no que tange o ensino secundário, suprimindo a carência de investimentos e organizando uma estrutura de novas instituições educativas.

**Palavras-chave:** Instrução pública; Ensino secundário; Cidade do Rio Grande.

### THE HISTORICAL-EDUCATIONAL TRAJECTORY OF PUBLIC INSTRUCTION IN THE CITY OF RIO GRANDE (1845-1857)

**Abstract:** This work approaches the historical-educational aspects of the public instruction in the city of Rio Grande, in the post Farroupilha Revolution. It highlights the particularities of this period with emphasis in the school spaces,

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no 22<sup>o</sup> Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), realizado na UNIPAMPA em outubro de 2016.

\* Doutor em Educação. Docente da Universidade Federal de Pelotas (Brasil). Contato: [tambara@ufpel.edu.br](mailto:tambara@ufpel.edu.br).

\*\* Doutora em Educação. Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). Contato: [vteixeira2010@gmail.com](mailto:vteixeira2010@gmail.com).

\*\*\* Doutor em Educação. Docente da Universidade Federal de Pelotas (Brasil). Contato: [earriada@hotmail.com](mailto:earriada@hotmail.com).

---

in the public teacher's remuneration and in the beginning of the local secondary education kept by the private sector. With the information about the precariousness of resources invested by the provincial government, we note that the private sector encompassed the educational demands of the city, mainly in terms of the secondary education, providing the lack of investments and organizing a structure of new educational institutions.

**Keywords:** Public Instruction; Secondary Education; City of Rio Grande.

\* \* \*

## **Introdução**

O presente trabalho é parte de uma investigação cujo objeto de estudo se deteve sobre a constituição do sistema de ensino na cidade do Rio Grande/RS. Neste artigo analisamos aspectos referentes ao período de 1845 a 1857.

Com o final da Revolução Farroupilha, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul retomou sua rotina político-administrativa e, desde logo, foi identificado como um dos setores de estrangulamento de seu desenvolvimento, a precariedade da instrução pública. Isto pode ser percebido pela manifestação do presidente Caxias, ao propor um plano de educação para a província. Em 1846 cria-se uma série de aulas e coloca-se à disposição dos professores a possibilidade de habilitarem-se a estes postos. Todavia uma questão recorrente era a de que, apesar de instituídas, as aulas não eram providas por ausência de candidatos. Fenômeno decorrente tanto da carência de profissionais com as características exigidas como, principalmente, pela remuneração ínfima que não atraía interessado.

Um acontecimento decisivo na constituição da área cultural e educacional na cidade do Rio Grande foi a fundação do Gabinete de Leitura no ano de 1846. Além do estímulo direto que este estabelecimento propiciou à ilustração da população, houve uma contribuição indireta na medida em que muitas aulas se instalaram física-

mente em sua sede. Esta ocorrência está documentada, por exemplo, na coluna *Canhenho*, presente no jornal *Diario do Rio Grande*, que, dentre outras informações, apresenta uma lista dos professores públicos que atuam na cidade, inclusive oferecendo aulas que eram ministradas no Gabinete de Leitura.

PROFESSORES PUBLICOS: Aula de francez, regida pelo Dr. José de Pontes França, **no edifício do Gabinete de Leitura**, becco do Martins, esquina da rua da Boa Vista; Aula de inglez, regida por Manuel Coelho da Rocha **n'aquelle mesmo edificio**; Aula de primeiras lettras para meninos regida por João José Gomes da Costa e Silva, rua da Praia defronte ao becco do Affonso; Dita dita regida por Joaquim Pedro de Alcantara Dourado, rua Direita defronte ao becco do Castro; Aula de primeiras lettras para meninas, regida por D. Eurydice Euphrosina Penalta, na rua Direita junto ao becco do Martins; Dita dita, regida por D. Leocadia Leopoldina dos Santos, na rua da Praia junto á praça Municipal (CANHENHO DIARIO DO RIO GRANDE, 25 de março de 1854, grifo dos autores).

Cabe destacar que os gabinetes de leitura ou clubes de leitura (DARNTON, 2010) também denominados de bibliotecas associativas, eram espaços masculinos de sociabilidade (SCHAPOCHNIK, 2005). O Gabinete de Leitura de Rio Grande foi fundado por um grupo de portugueses e brasileiros, com a missão de organizar-se como um ambiente de interação e troca de conhecimento, visando desde sua fundação à aquisição de livros e jornais do Brasil e do exterior. Em 1878 passa a denominar-se Biblioteca Rio-Grandense, e, a partir de 1879, começa a oferecer aulas noturnas de instrução pública (TEIXEIRA; TAMBARA, 2013).

No âmbito do ensino primário pode-se perceber que se o município não se desenvolveu com intensidade necessária no período revolucionário, ao menos manteve a estrutura organizativa a ponto de chegar em 1847 com uma rede de ensino com destaque em nível regional. Como ilustra o quadro abaixo:

Quadro 1: Professores de aulas públicas de primeiras letras em Rio Grande – 1847. Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Relatório da Instrução Pública de 1847

Localidade	Nome dos professores	Qualificações	Ordenado	Alunos
1ª Rio Grande	João Jose Gomes da Costa e Silva	Vitalício - 1846	800\$ réis	
2ª Rio Grande	Francisco de Paula Soares	Vitalício - 1846	800\$ réis	50
Taim	José Anastácio Cadaval	Interino -1843	400\$ réis	25
Povo Novo	João José Alves Ramos	Interino - 1844	500\$ réis	25
1ª Rio Grande	Maria das Dores da Silveira	Vitalícia - 1841	800\$ réis	35
2ª Rio Grande	Leocádia Leopoldina dos Santos	Vitalícia - 1841	800\$ réis	30

Neste quadro, sob o viés investigativo, vários elementos podem ser ajuizados no sentido de evidenciar a natureza do sistema educacional vigente. Um primeiro aspecto diz respeito à disparidade de remuneração entre os professores vitalícios e os interinos. Fenômeno este que vai se agravar no decorrer do século XIX. Um segundo refere-se à paridade de remuneração entre professores e professoras caracterizando uma das poucas profissões que à época protagonizavam tal fenômeno. Em que configuração este nivelamento decorria do estabelecimento de um patamar condicionado pelo mercado de trabalho feminino é uma questão que requer aprofundamento. Um terceiro elemento que precisa ser mencionado é a percepção que, na cidade do Rio Grande, a possibilidade técnica de oferecimento de acesso à escola era similar para meninos e meninas. De tal forma que eventual disparidade na formação dos respectivos sexos decorria de outros aspectos, particularmente em relação ao currículo da escola de primeiras letras e da atribuição do papel social a ser desempenhado pelos respectivos gêneros.

Nessa perspectiva, este trabalho pretende abordar outras questões que envolvem a instrução pública no município como os espaços escolares onde eram instaladas as aulas públicas e a remuneração dos professores públicos. É significativo destacar que no último lustro da década de 1840, o ensino privado consolida-se como uma alternativa importante, particularmente no que diz respeito ao ensino secundário, nível de ensino que era ministrado, nesta época, ainda por aulas avulsas. Este fenômeno pode ser percebido pela frequência das notícias e anúncios destas instituições presentes na imprensa local, fato que será abordado ao final desta análise.

## **Os espaços escolares na cidade do Rio Grande**

Na história das instituições educativas, o espaço escolar, local onde esta se materializa, constitui-se como um elemento de destaque no âmbito da cultura escolar (VINÃO, 2005). É neste espaço, com sua distribuição e seus usos específicos, que ela se organiza e se configura como instituição. É preciso frisar que no período delimitado desta pesquisa, aula, escola e colégio podem ser considerados sinônimos, os quais representam um professor num determinado local, podendo ser sua residência, quando se trata de aulas particulares ou uma casa alugada pelo governo provincial, quando se tratam de aulas públicas, ensinando a um determinado grupo de alunos. Jaime Giolo (2006) destaca que:

Mesmo na instrução secundária, pelo menos na pública, as escolas sempre foram, até o fim do Império, apenas aulas (onde um professor lecionava uma determinada disciplina a um grupo de alunos, sem nenhuma integração com as outras, mesmo que fossem realizadas sob o mesmo teto) (GIOLO, 2006, p. 450).

Um dos problemas mais candentes do sistema de ensino público dizia respeito ao aluguel dos prédios para as aulas que se submetiam às mais diferentes conjunturas. Por vezes, era alugado

apenas um cômodo, em outras situações um prédio mais amplo, e que, por vezes, também abrigava a família do professor. Dentro deste espectro eram frequentes as reclamações de todas as partes envolvidas, que não se sentiam contempladas em suas expectativas: os alunos, os mestres, o governo e os proprietários dos imóveis.

De modo que a mudança de endereço das aulas era rotineira. Nestas ocasiões utilizava-se dos jornais para divulgação. Exemplo desta situação, em 1848, nos dias 6, 7 e 8 de janeiro encontra-se uma declaração no *Diario do Rio Grande*, do professor público da primeira cadeira de primeiras letras da cidade, o Sr. João José Gomes da Costa e Silva. Este declara a mudança de endereço do seu estabelecimento de ensino para a Rua da Praia número 200. Além disso, esclarece:

[...] principiará a leccionar hoje 8 do corrente das 7 horas ás 11 da manhan, e das 2 ás 5 da tarde. Acham-se matriculados e em frequencia 116 alumnos, tendo esta nova casa capacidade para bem admittir mais 50, cujos logares ficam á disposição d'aquellas pessoas que d'elles se queiram utilizar (DIARIO DO RIO GRANDE, 8 de janeiro de 1848).

No mesmo dia, 8 de janeiro, também se encontra o anúncio da mudança de endereço de outra instituição escolar, esta voltada apenas para o ensino feminino:

D. Maria Joaquina da Conceição e Silva faz publico que mudou o collegio das meninas a seu cargo, que existia na rua da Praia nº 192 para a mesma rua nº 200, começando seus trabalhos hoje 8 do corrente, das 9 da manhan à 1 hora, e das 3 às 5 da tarde (DIARIO DO RIO GRANDE, 8 de janeiro de 1848).

Vale destacar que se trata do mesmo endereço do estabelecimento de ensino do Prof. João José Gomes da Costa e Silva, o que reforça o uso de um mesmo prédio para diferentes instituições.

A atribuição de competência para alugar as salas de aulas também ensejava controvérsias, mesmo porque frequentemente a legislação era desconhecida, omissa, ou mal interpretada. Este aspecto

pode ser percebido no ofício enviado pelo inspetor das aulas da Câmara do município do Rio Grande João Sertório Junior ao Ilmo. Presidente da Câmara de Vereadores com data de 12 de fevereiro de 1847, onde relata que alugou para a professora Leocádia Leopoldina dos Santos por 50\$000 mensais e “tendo recebido posteriormente a coleção de leis viu que é atribuição do presidente da câmara” (MANUSCRITO 1, 1847)<sup>2</sup>.

Evidentemente o que se coloca é uma hierarquização de responsabilidades nos seus respectivos postos. E por vezes alguns dos membros desta estrutura “usurpavam” a competência de outros. Esta situação está bem ilustrada no ofício que o professor João José Gomes da Costa e Silva responsável pela Aula de Instrução Primária da 1ª Cadeira da Cidade de Rio Grande enviou a Câmara municipal em 6 de Março de 1851.

Ilms. Senr Presidente e Veriadores da Câmara Municipal desta cidade

Tenho de levar ao conhecimento de VV. SS como mui dignos Inspetores da Instrução Primária deste município os seguintes esclarecimentos.

Exerço o emprego de Professor de Primeiras Letras desde 29 de Maio de 1832: as casas onde tenho lecionado tem sido sempre alugadas por mim e tem merecido aprovação do Governo.

As diferentes mudanças que neste sentido tem ocorrido, e suas circunstâncias tenho participado as autoridades a quem competia, como foi ultimamente foi a VV SS na suposição de que tenham nesse negocio ingerência.

Todavia tenho a fazer ver a VV. SS. Que as casas onde se acha estabelecida a Aula nunca foi ocupada que minha moradia, esta tem sido em lugar separável, de cujo pago meu aluguel.

Finalmente, rogar a VV. SS. A mercê de se...V. Dor. Diretor, os motivos, que ocorreram, para a mudança desta aula fim de marcar sua aprovação, e muito especialmente a do Exmo. Sr. Presidente da Província (MANUSCRITO 2, 1851).

<sup>2</sup> Todos os manuscritos citados neste trabalho pertencem ao acervo Centro de Documentação (CeDOC) vinculado ao CEIHE (Centro de Estudos e Investigações em História da Educação) da FaE/UFPEL.

Os valores dos aluguéis também eram objeto de contestação, pois havia balizamentos que dificultavam o processo. Pode-se observar que esta questão vai persistir por um longo tempo.

Evidentemente, a bem do serviço público, havia necessidade de uma vigilância do ordenador de despesas como se pode perceber no ofício enviado pelo presidente da província ao presidente e demais vereadores da câmara municipal da cidade do Rio Grande:

Tendo o meu antecessor ordenado que a primeira aula de instrução primaria dessa Cidade fosse removida da Casa em que se achava para a de Custodio Jose Antunes Guimarães, não obstante que à pouco tempo se haviam feito por conta da Fazenda Provincial despesas com os arranjos dessa casa para se acomodar o crescido numero dos discípulos que a freqüentavam, cumpre que V. Mercers me informem circunstanciadamente: 1º, se a Casa de Custodio José Antunes Guimarães, para onde foi removida aquela aula, tem capacidade para servir de Aula Publica. 2º Se a Casa que deixou oferece ou não melhores proporções que aquela, e quanto se paga de aluguel. 3º Finalmente em que casa se estabeleceu a segunda aula dessa Cidade; que cômodos tem, e quanto se paga de aluguel; e se a despesa que com ela se fez é por conta da Fazenda Provincial ou do Proprietário.

Deus Guarde V. Mercês  
Palácio do Governo em Porto Alegre  
15 de Fevereiro de 1847  
Manuel Antonio Galvão (MANUSCRITO 3, 1847).

Dois anos depois o presidente Andréa volta a se manifestar a respeito:

Se bem que o artigo 3º da Lei nº 51 de 22 de Maio de 1846 imponha as Câmaras Municipais a obrigação de prestar aos professores Públicos casas para o estabelecimento das mesmas Aulas não devem V. M. dali inferir que estão autorizados para conceder aos professores mudar as suas Aulas de umas para outras casas, por quanto uma vez estabelecida a aula, ajustado o seu aluguel, e aprovado pela Presidência nada mais tem V. Mercês de intervir em tais mudanças, e neste sentido cumpre que dora em diante proceder.

Deus Guarde a V. M.  
Palácio do Governo em Porto Alegre  
13 de Julho de 1849



---

Francisco José de Sousa Soares de Andrea  
Snres Presidente e mais vereadores da Câmara Municipal  
da Cidade do Rio Grande (MANUSCRITO 4, 1849).

Em seguida o presidente Andréa envia um ofício onde esclarece um componente muito importante do contrato de aluguel, particularmente para um imóvel destinado à aula de primeiras letras que é o de prescrever que o proprietário somente poderia solicitar o imóvel com um aviso de 6 meses de antecedência.

Em aditamento a minha circular de 13 de julho do corrente, tenho a dizer-lhes, que quando se alugar qualquer casa particular para nela se estabelecer qualquer aula publica, devem os proprietários serem obrigados por termo, a prevenirem, com antecedência, que nunca poderá ser de menos de seis meses, de espera, para se procurar outra casa, quando eles não queiram continuar a te-las alugadas para semelhantes estabelecimentos.

Deus guarde a V. S. Palácio do Governo em Porto Alegre,  
31 de Outubro de 1849

Francisco José de Sousa Soares de Andrea  
Snrs. Presidente e mais Vereadores da Câmara Municipal  
da Cidade do Rio Grande (MANUSCRITO 5, 1849).

De qualquer forma, o que se destaca no decorrer da década de 1850 é a demanda dos professores por soluções e equacionamentos de parte do poder público em relação à questão do aluguel dos prédios para o funcionamento das respectivas aulas. Em adição, reivindicava-se também solução para a questão da moradia dos professores. Como vimos anteriormente em relação ao professor João Jose Gomes da Costa e Silva, muitos professores moravam em casas alugadas. Ora, tendo em vista a remuneração anual de 800\$000 dos professores vitalícios não é crível que conseguissem alugar uma casa com condições mínimas para moradia. Esta conclusão é facilmente dedutível da percepção que, de modo geral, os aluguéis dos imóveis destinados para sala de aula oscilavam entre 45\$000 e 50\$000 mensais, ou seja, mais de 550\$000 anuais.

Mesmo que o regulamento vetasse que no aluguel da aula estivesse incluída a do professor, os professores faziam reiterados pedi-

dos de solução para esta situação. Mesmo porque, os docentes estavam a sua revelia, submetidos a sucessivas transferências, o que inibia, por vezes, a aquisição da casa própria. O governo provincial, de modo geral, utilizava-se de recursos protelatórios. Como a resposta encaminhada pela Diretoria da Instrução Primária do governo provincial, em 19 de janeiro de 1856, a insistentes reivindicações efetuadas pela Câmara Municipal da Vila de São José do Norte:

Recebi ultimamente quatro ofícios de V.Sas de cujo conteúdo fico ciente.

Em resposta ao de 11 do presente mês, tenho a significar a V. Sas que o novo regulamento não proíbe que o Professor more na casa da escola, mas não manda dar casa ao Professor, pelo contrário, é bem expressa a disposição do art. 47 que diz que o Inspector paroquial contratará a casa para a escola, e não diz que é para o Professor; portanto, só a Assembléia provincial poderá resolver a respeito. Eu propus, ultimamente, entre outras medidas, que o Professor que quizer morar na mesma casa da escola concorra com a 4ª parte de aluguel, e estou a espera da decisão de S. Ex presidente da Província: a que resolver participarei então a V.Sas. a quem

D. G. (MANUSCRITO 6, 1856).

É indiscutível que, neste período, a Câmara Municipal assume um poder importante no sistema de ensino provincial. Embora, em última instância a fonte de recursos fosse o tesouro provincial, cabia à Câmara a administração e o controle dos gastos. E, mesmo sob o aspecto pedagógico o poder que estava concentrado nas mãos dos inspetores foi alocado na Câmara Municipal. Esta relação de hierarquia de poder é lembrada em circular emanada pelo presidente da província:

Determinando o artigo 8º da Lei do Orçamento nº 162 de 11 de julho ultimo, que sejam exercidas pelas Câmaras Municipais as funções que até agora pertenciam aos inspetores e sub inspetores das aulas publicas; cumpre quer V. M desde já passem a tomar conta de semelhante inspeção, posto que ainda não seja possível remeter-lhes a Coleção das Leis promulgadas na sessão provincial finda.

Deus guarde a V.M Palácio do Governo em Porto Alegre 11 de Setembro de 1849  
Francisco Jose de Sousa Soares d'Andréa  
Snrs Presidentes e mais vereadores da Câmara municipal da cidade de Rio Grande (MANUSCRITO 7, 1849).

Esta vinculação subordinada à Câmara exigia uma constante prestação de contas, por parte dos professores à mesma. Isso estava associado tanto à verificação de aproveitamento dos alunos, com o envio de mapas como também vinculado ao cuidado dos “utensílios” cuja responsabilidade o professor assumia. Fato exemplificado pelo ofício enviado ao presidente da Câmara em 15 de janeiro de 1849:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de VVSS a relação nominal dos alunos que freqüentam a aula a meu cargo em número de 118  
Aula de Instrução Primária da 1ª cadeira de 1ª letras da cidade do Rio Grande, 15 de janeiro de 1849. Ilmo sr. Presidente da câmara. João José Gomes da Costa e Silva (MANUSCRITO 8, 1849).

É evidente que o primeiro conhecimento estava vinculado à própria posse do professor que era comunicada pelo presidente da província, mas que era efetivada pela Câmara: “Posse de D. Cândida Roza de Abreu Pedrosa como professora da 1ª cadeira de primeiras letras de meninas de Rio Grande 29 de dezembro 1849 ofício 1850” (MANUSCRITO 9, 1849).

Nesse sentido, torna-se necessário abordar como os professores públicos conseguiram se organizar com relação aos salários oferecidos pelo governo no período.

## **A (má) remuneração dos professores públicos**

Com a retomada da rotina social, findo a conflagração Farrou-pilha, observa-se uma maior atenção da sociedade civil com a questão da instrução. Há aqui um aspecto contraditório, pois o aumento da demanda por aprendizagem escolar não é acompanhado pelo

concomitante e proporcional aumento de recursos no tesouro provincial para esta rubrica. De modo que, além de haver dificuldade em preencher os postos de mestres de escola abertos o governo defronta-se com a frequente exoneração de professores devido aos baixos salários.

O fenômeno estava vinculado à possibilidade de uma remuneração significativamente maior no exercício da atividade de forma privada. O deputado provincial Antonio Ângelo C. Fioravante, na sessão de 13 de novembro de 1847, descreve bem esta situação ao caracterizar o motivo pelo qual um professor da Vila de Alegrete não se interessa em ocupar a aula pública:

Esse moço tem por conseqüência cem ou mais meninos a quem ensina com toda a dignidade, de cada um dos quais percebe 3\$ réis ou 4\$ réis, e é o seu único meio de vida. Como é possível então obter para ali um professor com 50\$ réis mensais? (FIORAVANTE, 1998, p. 336).

No caso específico do município do Rio Grande este fenômeno também é notável. Por exemplo, vemos que em 25 de novembro de 1850 o professor Antonio dos Santos Paiva demitiu-se do posto de professor de primeiras letras, atitude idêntica tomada pelo professor Francisco de Paula Soares em 28 de dezembro de 1850. No ofício de demissão do professor José Anastácio Cadaval percebe-se a precariedade da situação do professor público de primeiras letras nesta época. Ao dirigir-se ao presidente da Câmara Municipal da cidade do Rio Grande, José Borges Ribeiro da Costa, o mesmo salienta o aspecto fundamental - a má remuneração. Aproximadamente 33\$ réis mensais.

Junto remeto a VSas mapa dos Alunos da Escola a meu cargo, bem como as últimas escritas dos mesmo Alunos; assim mais uma relação dos utensílios existentes na mesma Escola. Aproveito esta ocasião para participar a V. sas que não me é possível continuar no mesmo emprego, pela diminuta quantia de quatrocentos mil anuais e por isso desde já me dou por despedido da mesma escola podendo V. Sas mandar arrecadar os utensílios dessa que se acham

em meu poder neste lugar. Deus Guarde a V. S. Freguesia do Taim. 30 de junho de 1850 – Mm<sup>o</sup> Snr José Borges Ribeiro da Costa – Presidente da Câmara Municipal da cidade do rio Grande – O professor Publico Interino José Anastácio Cadaval (MANUSCRITO 10, 1850).

À primeira vista, este procedimento é mais um componente do processo de feminização do magistério. Pois se observa que esta migração está muito associada a professores do sexo masculino.

A Diretoria de Instrução Pública, na medida do possível, vai equacionando estas situações, e aí entra um viés político tipificado pela transferência de professores de uma aula para outra. Normalmente deixando vaga a aula de “menor prestígio”. Assim vemos a presteza em substituir um dos professores demissionários<sup>3</sup>. Na prática o professor assume a aula em 28 de maio de 1851 quando o procurador da Câmara, João Nunes da Silva, entrega os utensílios existentes na aula.

Mapa e início do exercício de emprego de professor publico da 2<sup>a</sup> cadeira de 1<sup>as</sup> letras desta cidade relação dos utensílios que recebeu Joaquim Pedro de Alcântara Dourado 28 de maio de 1851

Relação dos utensílios pertencentes a 2<sup>a</sup>a cadeira de Instrução Primária, que me foram entregues pelo Procurador da Câmara o Senr João Nunes da Silva

7  escrivaninhas  
4  bancos altos para escrever  
11 ditos para assento  
2  mesas com gavetas  
1  cadeira de braços  
2  mochos  
26 tinteiros de chumbo  
9  quadros de exemplares e vidros  
53 pedras para escrever  
11 tabuas para ponto  
7  cabides para chapéus

<sup>3</sup> PARTICIPO A v. Sas. Para sua inteligência que o professor de 1<sup>a</sup> letras da freguesia de Cangussu Joaquim Pedro de Alcântara Dourado, foi removido para a 2<sup>a</sup> cadeira dessa cidade, em substituição a Francisco de Paula Soares, que a regia. Deus Guarde a V. Sas Diretoria da instrução publica em Porto Alegre 3 de Março de 1851 (MANUSCRITO 11, 1851).

1 coleção de leis provinciais  
4 silabarios inúteis  
1 regulamento das Aulas  
1 copiador de officios  
1 livro de matricula  
12 reguas  
1 tiralinhas e caneta  
1 palmatoria  
1 espanador  
1 campainha  
1 tesoura  
1 tinteiro e avieiro de estanho  
1 maço de penas de ave  
1 estrado  
Rio Grande 20 de Maio de 1851  
O professor Publico Joaquim Pedro de Alcântara Dourado  
(MANUSCRITO 12, 1851).

Havia um serviço de inspeção escolar que controlava o exercício profissional e mesmo a vida pessoal dos professores. Exemplo desta situação é a comunicação feita pelo Diretor da Instrução Pública Cyro José Pedrosa à Câmara Municipal do Rio Grande em 16 de dezembro de 1851: “Comunico suspensão por um mês o professor desta cidade Joaquim Pedro de Alcântara Dourado” (MANUSCRITO 13, 1851).

Quadro 2: Relação das aulas de primeiras letras – Rio Grande -1852.  
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Relatório da Instrução Publica de 1852

LOCALIDADE	NOME PROFESSOR	Nº ALUNOS
1ª Rio Grande	João Jose Gomes da Costa e Silva	75
2º Rio Grande	Joaquim Pedro d’Alcantara Dourado	68
Povo Novo	João José Alves Ramos	30
Taim	vaga	
1ª Rio Grande	Maria Leopoldina Lessa	99
2ª Rio Grande	Leocádia Leopoldina dos Santos	85

No que tange à parca remuneração dos professores públicos também podemos destacar que na trajetória do professor Joaquim Pedro de Alcântara Dourado, identificamos que este além de atuar

como professor público também oferecia aulas particulares desde 1852, segundo anúncios encontrados no jornal *Diario do Rio Grande*.

O infrascripto, professor publico da 2<sup>a</sup> cadeira de 1<sup>as</sup> letras desta cidade, avisa ás pessoas interessadas que tem já principiado a leccionar em sua casa, desde as sete horas da noite ás nove, grammatica portugueza e arithmetica por Mr. Bezout; assim como também se propõe a ensinar em casas particulares não só o acima expendido, mas também a grammatica franceza e tudo por preço razoável, para o que faz o presente annuncio. As pessoas que tiverem ingerência n'isso podem procurar o annunciante em sua residência, no largo da praça Matriz, confinando com a rua do Fogo. Rio Grande, 20 de janeiro de 1853 – J.P.A.D (DIARIO DO RIO GRANDE, 20 de janeiro de 1853).

Sua esposa, professora Castorina Candida de Albuquerque Dourado, também possuía um colégio feminino em Rio Grande, recebendo alunas internas, semi-internas e externas, no qual ele também atuava como professor. Segundo anúncio no jornal local, esta destaca que sua instituição:

[...] preencherá todos os misteres tendentes ao sexo feminino, como sejam coser, marcar, bordar e tudo quanto diz respeito, á excepção da grammatica da lingua portugueza e franceza, e contabilidade por um methodo facilimo, o que será leccionado pelo **esposo da annunciante, Joaquim Pedro de Alcantara Dourado**, durante as horas vagas (DIARIO DO RIO GRANDE, 31 de janeiro de 1854, grifo dos autores).

Não resta dúvida que o cotidiano profissional do professor estava condicionado por uma série de interferências que inibiam, por vezes, o bom andamento do processo de ensino. Não era desusado que o professor direta ou indiretamente subsidiasse o funcionamento da aula na medida em que provia as carências de suprimento por parte do governo provincial com os seus poucos recursos. Uma elucidação desta situação pode ser comprovada pelo relatório do professor João Jose Gomes da Costa e Silva elaborado em 09 de agosto de 1851 onde são descritas as necessidades da aula de instrução prima-

ria da 1ª cadeira da cidade do Rio Grande. Estas necessidades passam por tinteiros, bancos, oleados, conserto de vidros e quadros, assinala ainda o professor:

Pedras de lousa, compassos, e diferentes miudezas precisas à Classe de escrita não há, nem são fornecidas pela Tabela, e que fazem bastante falta: isto já reclamei junto com o meu orçamento de utensílio, para o ano Corrente, e nada se providenciou a respeito (MANUSCRITO 14, 1851).

Questiona ainda o fato de que a verba de 2 reis mensais é absolutamente insuficiente para atender a necessidade de asseio e limpeza da sala de aula. Observa, além disso, que à época das presidências dos senhores Saturnino, Galvão e Conde de Caxias, se abonava aos Professores a quantia de 8 reis mensais para o dito fim. De modo que, se o mestre quisesse manter a sala nas condições necessárias acabava subtraindo de sua remuneração ou efetuando o trabalho. O professor caracteriza bem esta defasagem:

As varreduras, e limpeza a Casa da latrina também diariamente feitas sobe mais a 4 reis, que perfaz 6\$400 reis mensais, tirada a diferença de meu diminuto ordenado, e Deus sabe, se o poderei fazer, e quase que isso sou obrigado; por que do contrário, não poderia conservar a Aula, com aquela decência, e limpeza, que requer uma casa de educação, eu me contentaria, se a quantia de 2 reis fosse aumentada a 5 reis, já faria de alguma forma cessar estes ônus, o qual dura há já alguns anos (MANUSCRITO 14, 1851).

Comparando a lista de utensílios existentes nas aulas públicas entre o início da década de 1840 e a de 1850, podem-se perceber claramente modificações significativas tanto na quantidade dos equipamentos propriamente ditos, como, em particular, nos materiais de uso didático como, por exemplo, os compêndios de ensino. De qualquer forma, observa-se ainda uma carência muito importante em todos os itens. É preciso ter presente que as aulas públicas neste momento, no município do Rio Grande, comportavam um contingente de alunos muito expressivo. Sob certo aspecto, beirando ao ab-



surdo pedagógico, o que pode ser percebido nos mapas nos quais era habitual um professor relatar a responsabilidade da instrução de mais de 100 alunos<sup>4</sup>. No quadro abaixo segue outra relação de objetos entregues para a professora da aula pública feminina da cidade:

Quadro 3: Relação dos objetos que foram entregues pela professora da aula Pública de meninas D. Cândida Rosa de Abreu Pedrosa à atual professora D. Maria Leopoldina Lessa. Fonte: Manuscrito 16, 1851.

Escravaninhas em mau estado 8 bancos idem 1 armario 1 mesa arruinada 1 lavatorio quebrado 3 mesas!! 2 ditas quebradas 17 quadros para!! Traslados 2 deles com vidros quebrados 10 caixilhos para os mesmo 1 livro de matricula 1 de chamada a poucas paginas limpas 4 exemplares de Parnaso Juvenil 1 dito inservível 3 ditos biblioteca juvenil 1 dito inservível 2 segundos tomos thesouro de meninas 1 dito inservível 2 exemplares de simão de Natua 7 volumes história do Brasil 9 catecismos de Montpellier 4 ditos inservíveis 20 compendios inservíveis 7 ditos de gramática ....!! 1 Jogo de dicionário de fonseca 15 rudimentos de aritmética inserv.	1 dialogo ortográfico inserv. 2 exemplares de breve direção inserv. 7 exemplares compêndios elementares inserv. 1 Regulamento das Aulas 3 silabarios inservíveis 2 maços de penas de pedra 5 coleções de Cartas inservíveis 1 tinteiros e asseiro de estanho inservível 23 tinteiro de chumbo 27 canetas amarelas inservíveis 2 potes com tinta 25 pedras de escrever 8 ditas inservíveis 6 reguas 3 ponteiros 1 campainha 1 compasso e translados 2 limas arruinadas 1 palmatoria quebrada 1 taboleta com as armas imperiais  Rio Grande, 31 de março 1851. Maria Leopoldina Lessa João Nunes da Silva Procurador da Câmara
--	--

Nesta relação, identificam-se textos escolares que caracterizam o que denominamos período de dominação europeia na produção e distribuição dos mesmos. Manuais escolares, como Parnaso Juvenil,

<sup>4</sup> Por exemplo, o professor João Gomes em ofício ao Sr. Presidente da Câmara do Rio Grande em 15 de janeiro de 1849 comunicava: “Tenho a honra de levar ao conhecimento de VVSS a relação nominal dos alunos que freqüentam a aula a meu cargo em número de 118.” (MANUSCRITO 15, 1849).

Thesouro de meninas, Simão de Nantua, Catecismo de Montpellier, tipificam justamente este período. Pode-se corroborar esta assertiva com as solicitações que João José Gomes da Costa e Silva professor da Aula da Instrução primária da 1ª cadeira da cidade do Rio Grande efetuou em 14 de Junho de 1851: “[...] 20 livros da Biblioteca Juvenil, 20 tesouro de meninos, 20 parnasos juvenis, 20 artes de [...] por Coruja” (MANUSCRITO 17, 1851).

O que fica evidente neste período é a consolidação de um modelo educacional que plasmou pelo resto do império, e quiçá até nossos dias, um projeto educacional tipificado pelo descaso remuneratório dos docentes, pela precariedade física dos estabelecimentos escolares, pela relação promíscua entre o público e privado e por fim, e não menos importante, por uma luta contínua e cotidiana dos professores por condições dignas de trabalho.

### **A iniciativa privada e sua relação com o ensino secundário**

Um claro movimento que se evidencia é a paulatina divisão social na educação que passou a atribuir, quase que exclusivamente para o setor privado, o ensino em nível secundário. Esta é uma decorrência do Ato adicional de 1834 que atribuiu às províncias responsabilidade sobre o ensino primário e secundário com as precariedades que lhes eram peculiares. Ademais, no caso do RS, algumas cadeiras remanescentes das aulas régias que havia no interior da província, foram transferidas para Porto Alegre<sup>5</sup>.

Não resta dúvida que, mormente no período “pós-revolucionário” há a consolidação de um sistema de ensino onde a instrução dos alunos para os exames preparatórios, exigidos para o ingresso nos cursos superiores, ficou circunscrita prioritariamente no âmbito da iniciativa privada. Tal circunstância ensejou o

---

<sup>5</sup> Sobre a constituição do ensino secundário no período imperial no Rio Grande do Sul, veja ARRIADA, 2011.

aparecimento de uma acirrada concorrência que pode ser facilmente identificada pela ocupação de espaço publicitário nos órgãos de imprensa da cidade.

Tal procedimento ocorria desde as aulas mais prosaicas até os colégios mais bem estruturados, onde se evidenciavam as características espaciais, os ambientes adequados, os professores competentes, os métodos de ensino, os regimes disciplinares, entre outras características institucionais.

De modo geral esta divulgação, tanto das aulas públicas como das particulares, estava mais associada à época de aberturas de matrículas e à de realização de exames e que, evidentemente, neste último caso associava-se à divulgação do bom desiderato do ano letivo. Um exemplo desta publicidade pode ser visto nas publicações no jornal *Diario do Rio Grande* em dezembro de 1848, o qual divulga a realização do exame de Geometria na aula avulsa que funcionava no Gabinete de Leitura. Na semana seguinte já constava no jornal os resultados do exame.

Foram aprovados nos exames de geometria os Srs. João Rosento e Phytagoras Thimoteo Nicmerohy plenamente; e os Srs. Maximo Gurmendez e Joaquim de Sousa Marsa, plenamente com louvor. Estas aprovações foram justas porém um tanto mais justas seriam (julgando-se pela figura que fizeram no anno lectivo), se houvesse uma para o ultimo que o pusesse acima de todos os outros em merecimento escolar (DIARIO DO RIO GRANDE, 28 de dezembro de 1848).

Avisos sobre o início do próximo ano letivo da aula de Geometria já eram publicados em dezembro do mesmo ano, informando aos interessados que procurassem o “lente”, ou seja, o professor responsável pela aula, na Rua do Rosário número 50 (DIARIO DO RIO GRANDE, 29 de dezembro de 1848). Também é possível perceber, no início de 1849, através dos anúncios publicados neste mesmo periódico, que existiam duas aulas públicas de Francês e Geografia que iniciariam seu ano letivo no dia 8 de janeiro do respectivo ano. Um dado a ser mencionado é que se trata

do mesmo endereço mencionado para a aula de Geometria, citada anteriormente (DIÁRIO, 2, 4 e 5 de janeiro de 1848), o Gabinete de Leitura. Novamente reitera-se a questão sobre os diferentes espaços que eram alugados para funcionarem como instituições educativas. Neste caso, três aulas avulsas diferentes aconteciam neste espaço.

Anúncios de instituições e professores particulares também são frequentes na cidade. O anunciante a seguir, não se identifica, mas faz um apelo direto aos pais que se preocupam com a educação dos seus filhos e se coloca da seguinte forma:

Uma pessoa habilitada para o ensino de primeiras letras, grammatica portugueza e latina, offerece n'esta cidade seu préstimo aos senhores pais de famílias que presam a educação de seus filhos, para effeito de que contarão com todo o desvelo e cuidado que estiver na parte do annunciante, e por de mais com o proveito do methodo, cujo emprego deve ser exercitado: na casa na Rua do Rosario n<sup>o</sup> 48 deverá ser procurado por quem de seu préstimo pecisar (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 9 de janeiro de 1849).

Nessa mesma perspectiva outro professor particular faz seu anúncio, sem identificar-se, para os interessados em línguas estrangeiras, mais especificamente, em francês e alemão. E se coloca à disposição dos interessados em aprender esses dois idiomas.

Uma pessoa completamente habilitada para ensinar estes dous idiomas faz saber ás pessoas que quizerem aproveitar-se de seu prestimo que mora na rua Direita n. 124, onde pode ser procurado: advertindo que terá toda a condescendencia com seus discipulos, e leccionará por preços muito commodos (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 5 de setembro de 1849).

É possível notar que o ensino particular de língua estrangeira está registrado na história da educação da cidade do Rio Grande. A divulgação de um curso noturno de língua francesa recebe destaque nos anúncios do mês de setembro de 1850. É necessário apontar que também existe a oferta de aulas de língua Inglesa, mas mediante consulta com o professor, que prefere não se identificar.

Desde as 6 1/2 ás 8 1/2 da noite. Associação de um certo numero de estudantes cuja quota mensal é de 6\$000 rs. O professor principiará a leccionar do 1º de outubro em diante, não admittindo um só estudante que não se obrigue a freqüentar o curso por espaço de um anno. Não encarecendo o methodo que tem sempre seguido n'esta cidade, elle tem comtudo a gloria de haver leccionado bastante discípulos, cujo desenvolvimento foi sobejamente galardoado pelos pais ou correspondentes que lh'os tem confiado. Ensina também o inglez, porém particularmente e por preços razoáveis. Póde ser procurado no Collegio de Instrucção Elementar Rio-Grandense, de que é director o Sr. José Hilário Teixeira Coelho de Miranda (DIARIO DO RIO GRANDE, 17 de setembro de 1850).

Outro professor, que também não se identifica, oferece aulas particulares dos idiomas francês e alemão para os interessados:

Uma pessoa completamente habilitada para ensinar estes dous idiomas faz saber ás pessoas que quizerem aproveitar-se de seu prestimo que mora na rua Direita n. 124, onde pode ser procurado: advertindo que terá toda a condescendencia com seus discipulos, e leccionará por preços muito commodos (DIARIO DO RIO GRANDE, 5 de setembro de 1849).

Ainda sobre o ensino privado masculino, encontram-se, já neste período no município, algumas instituições escolares que também funcionavam como pensionatos. Tal fenômeno caracteriza o município como um centro educacional com características regionais. Um exemplo encontrado foi a instituição particular do Padre Thomaz de Aquino de Las Casas, professor jubilado de uma das cadeiras de Latim da corte do Rio de Janeiro, que agora residia na cidade do Rio Grande. Oferecia em seu estabelecimento o ensino de primeiras letras, francês e latim, disciplina a qual possuía mais de 23 anos de experiência. A justificativa de um dos seus anúncios é justamente a troca de endereço para melhor servir e acomodar os pensionistas. O professor ainda especifica que:

Além dos três ramos de instrução acima mencionados, recebem também os internos lições e explicações de geographia, esmerando-se o preceptor em empregar todos os

seus cuidados e solitudes para bem dirigir e felicitar essas tenras e delicadas plantas do jardim científico (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 7 de março de 1849).

Outra instituição privada que se destaca no início da década de 1850 é o Collegio de Instrução Primaria e Secundaria cujo diretor é o Professor José Antonio d'Andrade, com uma prática de sete anos de ensino. A instituição oferece aulas de primeiras letras compreendendo “Grammatica nacional, leitura, escripta, orthographia, contabilidade mercantil, doutrina christan, e etc.”, no valor de 4 mil réis a disciplina. Aulas de Francês, compreendendo “Exercícios práticos das grammatica de Emilio de Sèvene e Noel et Chopsal, versão de Francez para o idioma nacional e vice versa e exercícios para desenvolvimento da conversação”, no valor de 6 mil réis. E fornecerá também aulas de Inglês, compreendendo os mesmos métodos da língua Francesa “porém com a Grammatica de Constancio”, no valor de 6 mil réis. O diretor informa que assim que ele conseguir maiores proporções, em seu estabelecimento de ensino, admitirá pensionistas e meios pensionistas (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 27 de novembro de 1850). Suas aulas iniciam em 10 de fevereiro de 1851 e o ensino é organizado da seguinte forma:

De manhan – das 8 horas ás 9: exercícios de leitura; Das 9 ás 10: Grammatica nacional; Das 10 ás 11: Classe de francez e inglez; Das 11 ás 12: Escripta e exercicios calligraphicos; De tarde – Das 2 ás 3: Leitura; Das 3 ás 4: Arithmetica theorica ou exercicios para o desenvolvimento da contabilidade mercantil (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 9 e 10 de março de 1851).

Neste anúncio observa-se que apesar dos colégios terem como objetivo preparar para os exames de preparatórios, há também a preocupação em atender demandas locais oriundas da existência de uma elite vinculada principalmente ao comércio que demandava quadros com formação específica como é o caso da “contabilidade mercantil”.

Através das publicações do jornal *Diario do Rio Grande*, também se percebe o interesse das livrarias da cidade em investir em

---

material didático para os estudantes de primeiras letras. O anúncio com o título “INSTRUÇÃO” ilustra essa realidade:

Na loja de livros, rua da Praia n. 150 ha para vender as – Lições instructivas, hitorias Moraes e fabulosas, para uso da mocidade nas aulas de primeiras letras; - obra esta muito recommendavel por conter muitos actos de moralidade. Um folheto de 40 paginas por 200 reis (DIARIO DO RIO GRANDE, 10 de julho de 1849).

Percebe-se que se vai instalando no Brasil um processo de produção e circulação de material didático que já passa a constituir um montante significativo no fluxo comercial da nação. Esta mercantilização, sem dúvida, passará paulatinamente a nortear não somente o processo produtivo, mas também o pedagógico.

### **Considerações finais**

Pelo exposto fica evidenciado que no período que se seguiu a Revolução Farroupilha houve seguramente a materialização de um modelo educacional no município do Rio Grande, o qual assentou as bases de um processo de modernização social consentâneo com o capitalismo mercantil que no mundo inteiro estava se tornando hegemônico. Isto pode ser observado pelo interesse da sociedade, representado principalmente pela Câmara Municipal em propiciar, nas condições então vigentes, as melhores condições de obtenção de um nível educacional adequado. Obviamente que de forma hierarquizada onde apenas o ensino primário era acessível a todas as camadas da população, enquanto o ensino secundário já se encaminhava para um processo de segregação social.

A cidade do Rio Grande constituiu sua economia baseada no comércio marítimo de exportação e importação, sendo muito influenciada pela presença do trabalho dos imigrantes estrangeiros no município (COPSTEIN, 1975). Tal fato reforça a necessidade de formações específicas para o mercado de trabalho local.

O ensino secundário riograndino se fortalece na medida em que a iniciativa privada prepondera sobre a iniciativa pública, fato que é perceptível no avultado número de anúncios presentes na imprensa de instituições de ensino secundário de caráter particular. Aulas, colégios, cursos são oferecidos em nível secundário a fim de suprir esta demanda local de avanço nos estudos, principalmente das classes mais abastadas que almejavam o ensino superior fora da província e também àqueles que almejavam se inserir no mercado de trabalho local, especificamente no comércio e para tanto, necessitavam de conhecimentos específicos em contabilidade, escrituração mercantil e línguas estrangeiras, por exemplo. É válido pontuar que esta expansão da iniciativa privada no ensino secundário, se deu tanto pela precariedade da oferta pública deste ensino que era de responsabilidade dos governos provinciais, a partir do Ato Adicional de 1834, quanto pelas demandas econômicas da cidade, a qual necessitava de um quadro especializado de profissionais que o ensino primário já não contemplava.

Este artigo teve como principal objetivo delinear outras perspectivas sobre a instrução no período imperial em uma das povoações mais antigas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e que ainda carece de estudos aprofundados sobre sua trajetória histórico-educativa.

\* \* \*

## Referências

- ALVES, Francisco das Neves. 1848: a cidade do Rio Grande e o surgimento do Diário do Rio Grande. In: *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: Universidade do Rio Grande; Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1995, p. 72-90.
- ARRIADA, Eduardo. *A educação secundária na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público*.



- Jundiaí, Paco Editorial: 2011.
- COPSTEIN, Raphael. O trabalho estrangeiro no município de Rio Grande. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, 4, p. 1-46, maio de 1975.
- DARNTON, Robert. Primeiros passos para uma história da leitura. In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 168-201.
- DIARIO DO RIO GRANDE, 1848, 1849, 1850, 1853, 1854. Rio Grande. Typographia de A.J.C. da Silva.
- FIORAVANTE, Antonio A. C. Discurso na sessão de 13 de novembro de 1847. In: *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 1835/1889*. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998.
- GIOLO, Jaime. A Instrução. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tao; PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria. (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul - Império*. 1ed. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 2, p. 449-489.
- MANUSCRITOS sobre Instrução Pública na cidade do Rio Grande, 1847, 1849, 1850, 1851, 1856. Acervo CeDOC/CEIHE/UFPel.
- RELATORIO da Instrução Pública Apresentado pelo diretor da instrução primaria da província o Dr. Luiz da Silva Flores. Porto Alegre, Typ. de Cláudio Dubreuil, 1847.
- RELATÓRIO da Instrução Publica da província apresentado à presidência pelo /Dr. Cyro José Pedrosa. Porto Alegre, Typ. de F. Pomatelli, 1852.
- SHAPOCHNIK, Nelson. A leitura no espaço e o espaço da leitura. In: *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005, p. 229-243.
- TEIXEIRA, Vanessa Barrozo; TAMBARA, Elomar. O Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande/RS: a gênese da Bibliotheca Rio Grandense (1846-1878). In: *Culturas e identidades do Rio Grande*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2013, p. 365-393.
- VINÃO, Antonio. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 15-47.

Recebido em 26 de fevereiro de 2019.  
Aprovado em 26 de maio de 2019.